



MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

Mais projetos

Por causa de toda a polêmica sobre o Programa Escola Sem Partido e da alteração da Lei Orgânica, outros cinco projetos e quatro moções que estão na ordem do dia de hoje poderão ser ofuscados. Grupos contrários aos dois projetos em destaque prometem fazer bastante barulho e, assim como tem acontecido nas últimas sessões, as outras propostas podem ser adiadas.

Acessibilidade

Um bom projeto que deve ficar ofuscado hoje é o de autoria do vereador Wagner Ligabó (PPS), que prevê a construção de rampas de acesso para cadeirantes em vias públicas junto a faixas de pedestres. A proposta do parlamentar visa tanto as novas vias - a serem implantadas - como as já existentes. Em sua justificativa, Ligabó critica que Jundiá não tem rampas suficientes, sendo que é uma das cidades mais ricas do estado.

MP mais forte

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse ontem que o avanço de correntes de pensamento totalitárias, no Brasil e no mundo, requer o fortalecimento do Ministério Público para restabelecer a confiança na democracia. Ela discursou na cerimônia de posse de 10 dos 14 conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) nomeados para o biênio 2017-2019.

Tribuna Livre

A discussão em torno do Programa Escola Sem Partido também tem gerado um aumento considerável de inscritos para utilizar a Tribuna Livre do Legislativo. Ao todo, 12 pessoas se inscreveram pelo site da Câmara para usar o espaço hoje, número muito acima da média registrada nas sessões. Dos 12 inscritos, nove querem abordar a proposta que deve ser votada hoje e apenas dois conseguiram a vaga.

Aniversário do Voto

A terceira vaga para o uso da Tribuna Livre será destinada para comentar sobre os 11 anos do Voto Consciente em Jundiá. Marcus Bonança irá representar este grupo de voluntários que, entre suas atribuições, se destaca pela fiscalização do Legislativo. O aniversário do Voto é amanhã, porém o grupo irá comemorar oficialmente na quinta (28) com o evento Cidadãos Rock, no Yellowpubmarine.

Últimos dias

A exposição "Suicídio: epidemia calada" segue até sexta-feira (29) no saguão do prédio anexo à Câmara de Jundiá, das 8h às 18h. As obras são de Felipe De Stefano Balster Martins, que se suicidou em novembro de 2012, aos 34 anos. Os trabalhos foram encontrados pela família de Felipe após sua morte e retratam sua dor emocional. A exposição é mais uma forma de lembrar do "Setembro Amarelo", evento de prevenção do suicídio.

DISCUSSÃO À VISTA NA CÂMARA

Escola Sem Partido entra para votação junto com uma proposta que proíbe a aplicação da ideologia de gênero no ensino

Juristas alertam que projetos em votação na Casa são ilegais

MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

Após um mês em discussão na Câmara e diversos protestos, o projeto que institui no âmbito municipal o programa Escola Sem Partido (ESP), apresentado pelo vereador Antonio Carlos Albino (PSB), será votado hoje pelos vereadores. A proposta é tida como inconstitucional por especialistas e pela própria OAB-Jundiá.

O clima deve esquentar ainda mais na Casa de Leis, porque também foi inserida na ordem do dia a proposta de emenda à Lei Orgânica, que veda adoção de políticas de ensino que tendem a aplicar a ideologia de gênero ou orientação sexual. Esta ideia - de autoria do vereador Marcelo Gastaldo (PTB) - precisa ser votada em dois turnos. A Comissão da Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Jundiá já se prepara para entrar com parecer técnico contrário, caso estas propostas sejam aprovadas. Em reunião ontem com grupos de professores da rede pública e particular, foram discutidas ações que poderão ser tomadas dependendo do resultado da votação de hoje.

A presidente desta Comissão da OAB, Rose Gouveia, não descarta a possibilidade de apoiar os professores por uma ação de inconstitucionalidade no Ministério Público, a exemplo de Campinas, onde a Câmara local responde um inquéri-



OAB Para Airton Bressan, projetos precisam de mais discussão



ADVOGADO João Jampaulo diz que propostas ferem a Constituição

plica que esta proposta confronta com as diretrizes e bases da educação brasileira, que só podem ser alteradas em âmbito nacional. "Em tese, o projeto partindo da Câmara é inconstitucional por ferir as regras da União", destaca.

Sobre a proposta de emenda à Lei Orgânica do vereador Gastaldo, o advogado constitucionalista afirma que é redundante perante a Constituição Federal, onde já estão incluídos os direitos fundamentais de todos os cidadãos. "Pela Constituição, todos são iguais perante a lei, onde ninguém pode ser privado de seus direitos". Jampaulo também ressalta que o conteúdo destes projetos também possui cunho discriminatório, que é crime. "Qualquer discriminação é proibida pela Carta Magna", explica.

Parecer favorável

O projeto Escola Sem Partido recebeu o parecer favorável do departamento jurídico da Câmara na tarde da última sexta-feira (22). O autor da proposta, Antonio Carlos Albino, a defende. "O projeto tem parecer constitucional do jurídico da Câmara e é constitucional".

A proposta já conta com o apoio de oito vereadores, além do presidente Gustavo Martinelli (PSDB), que não vota. "Queremos a não doutrinação político-partidária, religiosa e ideológica dentro das salas de aula, pois estes assuntos são funções dos pais", defende.

ESCOLA SEM PARTIDO

O projeto de lei 12.347 aponta uma série de diretrizes as quais o professor deverá seguir:

*O professor não se aproveitará da audiência ativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

- ▶ O professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas ou da falta delas;
- ▶ O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- ▶ Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade - , as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;
- ▶ O professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;
- ▶ O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros dentro da sala de aula.

to do vereador da cidade após o Legislativo campineiro aprovar o projeto em primeiro turno. "Se forem aprovados, vamos tomar as medidas cabíveis", declara.

Para o presidente da OAB-Jundiá, Airton Bressan, os projetos são comple-

xos e precisam de mais discussão antes de entrar para votação. "Precisamos ter um discurso mais amplo e detalhado sobre os reflexos que estas proposições podem causar para a socieda-

de", diz Bressan.

Para o especialista em Direito Constitucional, João Jampaulo Junior, o município não tem competência de instituir o programa Escola Sem Partido na rede municipal de ensino. Ele ex-

MEIO AMBIENTE

Temer recua e decide revogar extinção da Renca

Sob muitas críticas de entidades ambientais, o presidente Michel Temer (PMDB) decidiu revogar o decreto que extinguiu a reserva na região amazônica conhecida como Renca (Reserva Nacional do Cobre Associados). A decisão foi anunciada ontem pelo ministro de Minas e Energia, Bezerra Coelho, e deve ser publicada na edição desta terça-feira (26) do "Diário Oficial da União".

No final de semana, Te-

mer tratou do assunto com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e disse que poderia tomar a decisão no início desta semana. O recuo deveu-se à pressão de organizações internacionais, para as quais a iniciativa era um retrocesso. Até mesmo o Ministério do Meio Ambiente se posicionou contra.

O decreto extinguiu uma área de 46.450 km² na divisa entre Pará e Amapá. A região

possui reservas minerais de ouro, ferro e cobre e a reserva foi criada em 1984, no regime militar.

O decreto que previa o fim da reserva foi publicado no fim de agosto e virou alvo de críticas de ambientalistas e celebridades. Mesmo depois de dar esclarecimentos sobre o assunto, o governo voltou atrás e apresentou um novo decreto sobre o tema menos de uma semana depois.

APÓS TER ACORDO REJEITADO

Eduardo Cunha ataca delação de Funaro

O ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) redigiu uma nota em que ataca a delação premiada do corretor Lúcio Funaro, apontado como antigo operador do parlamentar. "Repudio com veemência o conteúdo (dos depoimentos de Funaro) de mais uma delação sem provas, que visa a corroborar outras delações também sem provas, onde o delator relata fatos que inclusive não participou e não tinha qualquer possibilidade de acesso", escreveu Cunha.

O ex-presidente da Câmara diz que as delações premiadas chegaram ao ponto máximo da desmoralização. "Basta concordar

com qualquer coisa que a acusação encomendar para obter infinitos benefícios". O movimento de Cunha ocorre no momento em que estão travadas as conversas sobre sua própria delação - que negocia há meses com a Procuradoria-Geral da República (PGR), sem sucesso.

Os investigadores rejeitaram assinar delações com os dois, por entender que a dupla atuava em conjunto e forneceria informações semelhantes, o que não justificaria a concessão dos benefícios. Cunha vai acionar a Justiça para tentar anular o acordo de delação de Funaro.

DE APLICATIVOS DE TRANSPORTE

Três empresas fazem campanha contra projeto

As empresas Uber, 99 e Cabi-fy publicaram ontem na internet uma campanha conjunta contra um projeto - previsto para ser votado no Senado nos próximos dias - que aproxima os aplicativos de transporte que conectam os passageiros a motoristas particulares às regras hoje aplicadas aos táxis.

O texto já foi aprovado na Câmara dos Deputados em abril passado. Apesar de o texto-base ser favorável às empresas, os deputados alinhados aos ta-

xistas emplacaram duas emendas que alteram de maneira significativa o sistema de funcionamento desses aplicativos. A aprovação foi comemorada por taxistas, que protestam contra os aplicativos desde sua chegada ao país, em 2014. Essas emendas tiram do projeto a descrição de que o serviço é uma "atividade de natureza privada", falam que os carros são "de aluguel", similares a táxis, e exigem que os motoristas do Uber e de seus concorrentes sejam

obrigados a ter "autorização específica emitida pelo poder público municipal". Para as empresas, o projeto inviabiliza totalmente a existência do serviço. A tendência é que o presidente Temer vete o texto da maneira como foi aprovado.

Mesmo assim, as empresas criaram uma página conjunta nas redes sociais que incentiva os passageiros e motoristas a colherem assinaturas contra o texto da proposta. O site é www.juntospelamobilidade.com.



EX-PRESIDENTE DA CÂMARA Cunha repudiou, por nota, a delação de Funaro